

A repressão franquista na língua galega. A desfeita de uma realidade linguística, cultural e nacional

Matías Rodríguez da Torre

Xosé Manuel Baamonde Silva

Recebido em 1 de maio de 2016

Aceito em 10 de maio de 2016

Licenciado em Filologia Galego-Portuguesa pela Universidade de Santiago de Compostela, é professor de língua e literatura galegas no Instituto de Ensino Secundário “Pedra da Auga” (Pontearreas, Galiza). Publicou *José María Fernández Colmeiro, Doutor contra o cancro fascista* (2007), *Cartafol da dignidade: a recuperación colectiva da memoria histórica* (2008) e *A paisagem lendaria e toponímica da Cámara municipal de Silleda. IX Projecto didáctico Antonio Fraguas do Museu do Povo Galego* (2015).

Contacto:

matiasportugaliza@gmail.com

Doutor em Comunicação pela Universidade de Santiago de Compostela, é Professor na Universidade de Vigo. Publicou *A xestión dun evento único. O Centenario da Cidade de Ribeira: 1906-2006* (2006).

Contacto: xbaamonde@vigo.es

PALABRAS CLAVE

língua galega; repressão; franquista; ditadura; diglòssia

A língua galega, originariamente galego-português, é um idioma de grande vitalidade oral, que da segunda metade do século XIX até o primeiro terço do XX começa a recuperar a normalidade de funções duma língua culta e cooficial. A repressão franquista de 1936 submete o povo em uma ditadura de quarenta anos, impõe o castelhano como único idioma obrigatório e oficial e condena a língua própria da Galiza à marginalidade a respeito dos usos escritos, degradando também seus usos orais. Só o exílio, nomeadamente o americano, manteve nessa altura a edição, a literatura e a denúncia da tirania política, social e linguística. Estas décadas totalitárias foram perniciosas para desenvolver o conflito linguístico e a situação de diglossia que há atualmente na Galiza.

KEYWORDS

Galician language; repression; Franco's regime; dictatorship; diglossia

Galician, originally Galician-Portuguese, is a vivid language in its spoken form, which from the second half of the 19th Century to the first third of the 20th begins to restore the usual purposes of an official and standard language. Francoist repression in the year 1936 submits people to a forty-year dictatorship, imposes Spanish as the only compulsory and official language forcing Galician to become a minor language regarding its written usage and diminishing its spoken usage too. Only people in exile, mainly in America, were able to continue publishing, writing literature and denouncing the political, social and linguistic tyranny. These totalitarian decades were the key factors to develop the linguistic conflict and diglossic situation which still exists in Galiza.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

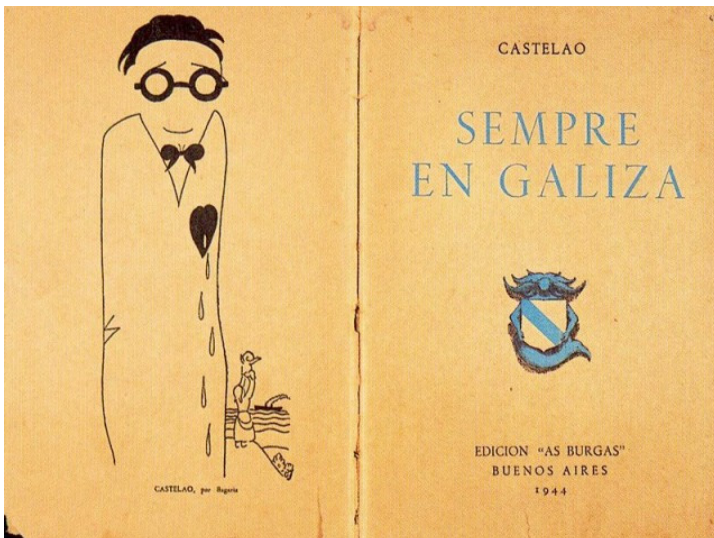
A língua galega, românica, derivada do latim, conformou-se entre os séculos VIII e XII para atingir a sua plenitude funcional na Idade Média. Sob a denominação do que hoje reconhecemos como galego-português, era falado na Galiza e Portugal, “pois nesa época o português non se distingue do galego [...] Essa língua comum -o galego-português ou galaico-português- é a forma que toma o latín no ángulo noroeste da Península Ibérica” (Teyssier, 1994, 3). Na Idade Média, foi língua de corte, de cultura e de valor artístico internacional, utilizada por trovadores nas mais formosas cantigas de amigo, amor, escárnio e maldizer, em prosa narrativa, jurídica ou administrativa. A independência de Portugal em 1139, a colonização posterior do Reino da Galiza pelo de Castela com a substituição da nobreza galega, dos altos cargos eclesiásticos e administração, além de uma educação destinada só a elites, introduziram o idioma em uma época denominada dos Séculos Escuros (s.XV a XVIII), que supôs a manutenção do mesmo praticamente em um âmbito oral. Na segunda metade do século XIX, o galego retorna para a esfera culta pelo *Ressurgimento* (a renascença cultural e política) com poetas excelsos como Rosalía de Castro, (que em 1863 publica o poemário *Cantares Galegos*, considerada a primeira grande obra da literatura galega contemporânea), Curros Enríquez ou Eduardo Pondal; o aparecimento de políticos, historiadores, lexicógrafos, gramáticos e diversos autores, residentes na Galiza e na emigração americana -nomeadamente Cuba e Argentina- que apostavam na língua própria e na identidade

galega e acabaram por utilizar a língua em público, bem como a criação da Real Academia Galega (da língua) em 1906, retornaram o galego para a esfera culta . A situação linguística desses tempos define-se como “bilingüismo de língua dominante minoritaria” (Mariño, 1998, 370). Já no século XX surgiram as primeiras organizações específicas de defesa da língua e da cultura galegas, que vieram transcender a defesa do País e da sua identidade. Trata-se das Irmandades da Fala fundadas em 1916, e declaradas nitidamente nacionalistas em 1918, e que serão o primeiro núcleo consciente em reclamar a cooficialidade do galego e do castelhano. Publicam-se jornais em galego, desenvolvem-se nos anos vinte diversas atividades monolíngues que procuram pôr o galego em destaque de um ponto de vista intelectual, em campos do saber em que até a altura não havia sido praticamente utilizado desde os séculos XIV ou XV. Desse modo, a Geração Nós redige uma narrativa com vocação identitária e fundamentos cosmopolitas, inicia-se um labor de investigação científica promovido pelo Seminário de Estudos Galegos. Nesse primeiro terço de século a emigração galega havia financiado numerosas escolas por todo o país com objectivo de instruir os miúdos e formar gerações que não se vissem impelidas ao êxodo maciço como as anteriores. (Entre os séculos XIX e XX, a Galiza teve mais de um milhão de emigrantes, a maior parte deles para a América: Cuba, Argentina, Brasil, Uruguai, etc.). Nessas escolas livres e laicas, o alunado já pôde aproximar-se em alguns casos da aprendizagem de conteúdos na sua língua inicial, a galega. Finalmente, com a instauração da IIª República no Estado espanhol, em 1931, dotam-se as reivindicações nacionais, culturais

e linguísticas de uma ferramenta política: o Partido Galeguista, que trabalhará pelo reconhecimento da Galiza dentro de um Estado plurinacional confederal e pelo “direito ao emprego do idioma galego e a sua cooficialidade” (Portas, 1993, 108). De fato, o deputado Castelao, principal referência política do Partido Galeguista finaliza o ensaio *Sempre en Galiza*, obra fundamental para o pensamento nacionalista, com esta mensagem:

Não temos nenhuma fé nos espanhóis, mas temo-la em nós mesmos e nas ideias que professamos. Estas ideias podem concretizar-se nos quatro pontos seguintes:
a) Autonomia integral da Galiza para federar-se com os demais povos de Espanha.
b) República Federal Espanhola para confederar-se com Portugal [...]
(Castelao, 1977, 477).

O que acarretará a primeira tentativa legislativa para o reconhecimento do galego como língua cooficial (junto com o castelhano) com a aprovação do Estatuto de Autonomia, plebiscitado pelo povo galego em junho de 1936¹.



¹ A seção “Antecedentes históricos” inspira-se na *Historia da lingua galega* de Ramón Mariño Paz (1998).

GOLPE DE ESTADO E REPRESSÃO

No entanto, no dia 18 de julho desse mesmo ano acontece um Golpe de Estado, dando início à Guerra Civil, que duraria até março de 1939. Neste ponto, devemos afirmar que na Galiza propriamente não se dá esta guerra fratricida entre os militares seguidores do General Franco e os defensores do legítimo governo da IIª Republica, pois o que se estabelece é uma crua repressão desde o dia 20 de julho. Só houve resistência armada por oito ou dez dias em algumas cidades, como Vigo, Ferrol ou A Corunha. “Aqui não houve frente de guerra no sentido convencional, mas sim [...] uma autêntica guerra de extermínio contra civis desarmados; contra tudo aquilo que representasse, simbolizasse ou evocasse o regime democrático republicano nascido em abril de 1931” (Velasco, 2006, 13). Os galegos foram obrigados a combater no bando sublevado, ou, aqueles mais ideologizados na defesa da República, no território espanhol fora da Galiza. O território galego transformou-se num campo de extermínio (as conclusões atuais de um processo não terminado ainda, por não haver suficiente apoio institucional para a investigação, nem o marco legal adequado para localizar as vítimas da repressão franquista-, inçado de cárceres, de presos sem julgar, campos de concentração e assassinatos indiscriminados e impunes.

O Projeto Interuniversitário Nomes e Voces tem o seguinte registro: “total de mortes 4619 vítimas contadas entre 1936 e 1939, ao somar penas de morte executadas e mortes extrajudiciais” (<http://www.nomesevoces.net/gl/informe/informe-de-resultados-vitimas-galicia-1936-1939>), muitas achadas nas valetas das estradas. Para tornar visível a ameaça e o terror que iria se manter durante os quarenta anos posteriores, até o falecimento do

ditador, o galego Francisco Franco, no dia 20 de novembro de 1975.

Esses episódios, além de catastróficos no que diz respeito às mortes, foram também um massacre premeditado que visava perseguir todas as pessoas que tivessem militância política ou sindical, ou que simplesmente fossem ativas social ou culturalmente, ou que não professassem o culto à igreja católica. Por esses motivos foram assassinados ou afastados do seu trabalho, presidentes de câmaras municipais, vereadores, deputados, funcionários, mestres, operários.

○ SILÊNCIO INTERIOR. *LONGA NOITE DE PEDRA*²

É digno de especial análise o que ocorreu com a florescente cultura galega daquele momento, bem como as consequências que os acontecimentos tiveram tanto para o idioma como para seus cultivadores.

A geração de intelectuais que tentavam realçar uma cultura de carácter nacional e de intensa reivindicação do idiomático, foi alvo do franquismo desde o primeiro momento. É por isso que são fuzilados ativistas, escritores, professores, editores, artistas e jornalistas. Foi o caso de nomes tão ilustres como:

Alexandre Bóveda (secretário de organização do Partido Galeguista e impulsor do Estatuto de Autonomia) [...], Ánxel Casal (editor e presidente galeguista da Câmara de Santiago de Compostela) [...], Camilo Díaz Balaño

² Título do poema de Celso Emilio Ferreiro, escolhido como símbolo da ditadura franquista.

(pintor e cenógrafo) [...], Víctor Casas (director do jornal galeguista *A Nosa Terra*)” [...], Johán Carballeira (jornalista, poeta e presidente de Câmara) [...] Roberto Blanco Torres (poeta e jornalista) [...], Xaime Quintanilla (presidente socialista da Câmara de Ferrol) [...], Xoán Xesús González (jornalista e fundador da União Socialista Galega) Víctor Fraíz (mestre e fundador da sindical Federação de Trabalhadores do Ensino)”, Darío Álvarez Limeses (doutor e jornalista), Manuel Lustres Rivas (jornalista). (Rodríguez, 1994, 16-17).

É este um elenco de autores que foram assassinados por tornarem públicas ideias comprometidas com a democracia, o progresso e os direitos nacionais da Galiza, e que também tinham a condição de serem escritores numas incipientes letras galegas que já começavam a experimentar um certo nível de maturidade após um ostracismo secular.

Outros agentes fundamentais da alta cultura galega viram-se forçados ao silêncio interior ao serem afastados dos seus ofícios, caso do patriarca da narrativa nascente, Ramón Otero Pedrayo (catedrático de geografia, polígrafo e ex-deputado galeguista), junto com professores desterrados e presos após a guerra. Deve-se acrescentar ainda outras pessoas no exílio, como Afonso Rodríguez Castelao (deputado galeguista, escritor e desenhista, autêntico defensor do Estatuto Galego), realizador de um roteiro internacional de denúncia da atrocidade fascista na Galiza e na Espanha, que o levou à União Soviética, Estados Unidos e Cuba e expatriar-se em Buenos Aires), bem como dúzias de escritores, professores e artistas da cultura galega. Enquanto

isso, no interior da Galiza aplicava-se a mordaza sobre a utilização do idioma nos âmbitos formais e crescia uma pressão social abafante que levava a substituir o galego pelo castelhano por ascendência ou convencionalismo.

Com toda a lógica, os intelectuais galeguistas que ficaram no País calaram-se, reprimiram-se e se auto-censuraram passando a utilizar o espanhol, tal como nos indica a professora Pilar Vázquez Cuesta, especialista no estudo da cultura portuguesa e brasileira:

como o galego se transformara de língua menosprezada em língua perigosa, que podia levar à cadeia, e até à morte, e cujo usuário podia perder o emprego, ser processado e sofrer impedimento legal, ou simplesmente social, para qualquer emprego de direção e responsabilidade, os que continuavam a escrevê-lo faziam-no às escondidas, guardando numa gaveta suas produções, à espera de tempos melhores (Portas, 1993, 115).

O franquismo foi um regime totalitário apoiado num fundamentalismo católico (o Vaticano é o primeiro Estado internacional que legitima o governo de Franco como único governo da Espanha em maio de 1938), estabelecido à base de reeducação, de censura e de repressão, com o fim de orientar, dirigir, dissuadir, restringir direitos, liberdades, e o pensamento próprio ou organizado coletivamente dos cidadãos. Assim, uma das primeiras medidas para atingir esses objetivos foi a imposição de uma língua “nacional”, evocadora do “sempre a língua foi parceira do império” (Freixeiro, 2006, 70), já profetizado por Antonio de Nebrija na *Gramática*

de la Lengua Castellana do ano 1492, aconselhando Isabel a Católica, rainha que iniciara a aventura colonial castelhana nas Américas, e inspirando ao primeiro dos monarcas Bourbons, Filipe V, que após a guerra de sucessão no início do século XVIII e com um novo modelo político recentralizador, promulgara o *Decreto de Nueva Planta* para introduzir a língua castelhana. “Isso demonstra mais uma vez o vínculo direto entre a política imperialista e uniformizadora de Castela e a assimilação linguística” (Freixeiro, 2006, 76).

CORPUS LEGISLATIVO PARA A UNIDADE LINGUÍSTICA E NACIONAL

Segundo nos indica a professora María Pilar Freitas Juvino (2008, 291), logo o governo usurpador começa a legislar para impedir o uso das demais línguas espanholas: galego, catalão, e basco. Em 1938 inicia-se um corpo legislativo dirigido a censurar o uso das diferentes línguas do estado. Assim, uma ordem do Ministério da Justiça de 18 de maio de 1938 proíbe qualquer língua que não fosse o castelhano no Registo Civil. Nesse mesmo ano, o ministro da Justiça reitera que serão nulas as inscrições em idioma que não o oficial. Proíbe-se ainda o uso de outro idioma que não fosse o castelhano no Registo de Pessoas Jurídicas. No dia 1 de março de 1939 –um mês antes de acabar a guerra– o Ministério da Educação Nacional declara o Catecismo patriótico español de Ignacio Menéndez-Reigada como manual escolar, sendo este un texto onde se afirma que:

a língua castelhana é formosa e apta como nenhuma outra das línguas vivas, pois é a que melhor conserva o caráter do latim, do qual procede [...] tem uma literatura clássica formosíssima e abundantíssima, a mais formosa e original de todas as modernas literaturas [...] A língua castelhana tem um porvir imenso, pois além de ser falada pelo maior número de nações, terá de ser a língua da civilização do futuro [...] porque o inglês e o francês, que com ela pudessem partilhar essa função, são línguas tão gastadas, que vão a caminho da dissolução completa (Freitas, 2008, 292).

Palavras que, segundo a professora Freitas, definem perfeitamente os objetivos de uniformizar e a política linguística centralizadora duma língua imperial que deve difundir-se e assimilar ou outro em nome da unidade linguística e nacional. “Há que dizer espanhol e não castelhano! O espanhol é a língua de todos. Transformou-se já na língua da Espanha [...] Farei todo o possível para evitar a destruição da unidade da Espanha” (Freitas, 2008, 294).

No dia 16 de março de 1939, publica-se um ofício da Subsecretaria de Imprensa e Propaganda em que se assinalava que os idiomas regionais deviam ser proibidos, já que não serviam para melhorar a divulgação dos princípios do Movimiento Nacional (é o nome que recebeu no franquismo o mecanismo totalitário de inspiração fascista que pretendia ser o único meio de participação na vida pública espanhola) e da obra do Governo.

Posteriormente, questões que afetam a proibição de utilização de termos não espanhóis em hospedarias, rótulos, anúncios, o exercício da profissão

docente e a absorção por parte do Estado de todas as escolas municipais (ao serem precisamente onde mais dano se fez à unidade da pátria), todos os instrumentos de organização e regime do tabelionato, a projeção de filmes, os nomes dos barcos. Legislação que continuará nas décadas seguintes ao Alzamiento nacional com a imposição dos nomes em castelhano, ou a ordem verbal do Ministério de Informação e Turismo, já nos anos 60, encabeçado por um ministro galego, Manuel Fraga, promotor da Lei de Imprensa de 1966, de não ultrapassar 20% de uma publicação, o que faz perceber a existência da censura institucional integral existente desde a Lei de Imprensa de 22 de abril de 1938 promulgada durante a guerra e “com um controlo que recaeu diretamente na Falange” (Bermúdez, 2010, 107) –único partido político permitido, com ideologia fascista e nacional-sindicalista– e que manterá vigente a vigilância e a censura até 1977.

Junta-se a este lote de leis, decretos e ofícios, expressos ou não, uma campanha panegírica do castelhano e de estigmatização das outras línguas, organizada pelos que exercem o poder, que trata de incutir os valores linguísticos que emanavam do regime ditatorial e que estavam presentes nos meios de comunicação da época, o que fica explícito, por exemplo, na publicação *Unidad*, em que se reproduzem trechos como: “Para completar o império, uma Espanha de fala espanhola”, “Fale espanhol”, “Se és espanhol, fala espanhol”, “Falemos castelhano para exaltar o amor à mãe Espanha” (Freitas, 2008, 295).

HABLE BIEN

Sea Patriota - No sea bárbaro

Es de cumplido caballero, que Vd. hable nuestro idioma oficial o sea el castellano. Es ser patriota.

VIVA ESPAÑA Y LA DISCIPLINA Y NUESTRO
IDIOMA CERVANTINO

¡¡ ARRIBA ESPAÑA !!

Octavilla. Imprenta Sindical. A Coruña. 1942

Reproduzimos acima um panfleto distribuído na Corunha em 1942, que o intelectual Luís Seoane critica na publicação do exílio argentino *Galicia Emigrante* (nº 10, Março, 1955):

Ser patriota para o redactor ou redactores desta folha, é pelo visto renegar das tradições mais permanentes do próprio país e deixar de falar esse idioma, o nosso, que ocupa um local destacado na cultura peninsular pelo florescimento da grande poesia lírica medieval escrita em galego, e por ter originado o actual português [...] Para ser patriota, segundo estes sujeitos, deve renegar-se, pelo visto, de pai e mãe, da natureza que nos deu origem e daquilo que nos diferencia enriquecendo o conjunto de países diferenciados que formam a Espanha (Alonso, 2002, 208).

LÍNGUA DE RESISTÊNCIA E COMBATE (1936-1939)

Esse compêndio de normas promulgadas em sua maioria nos primeiros anos da repressão deveio num silêncio sepulcral para as letras galegas, tanto a nível literário como na comunicação social. Entre 1936 e 1946 na Galiza só se reeditaram escassos volumes de meia dúzia de livros dos clássicos Rosalía, Curros, Noriega Varela. Só lírica, na linha circunstancial, costumeira, folclorística e moral do regime franquista. Uma exceção notável foi a promoção de *Nova Galiza, Boletín Quincenal de los escritores antifascistas gallegos*, publicada em Barcelona nos anos 1937 e 1938 no tempo da guerra com os contributos de escritores e também deputados, Castelao e Suárez Picallo. Rafael Dieste, Ramón Cabanillas, Eduardo Blanco Amor, e artistas de prestígio: Colmeiro, Arturo Souto, Luís Seoane. As palavras em destaque que abriam o primeiro número diziam:

Juntar a voz dos galegos antifascistas que trabalhamos pela liberdade na Espanha já redimida, com a dos nossos irmãos de fala e de nascimento que vivendo na América do Norte não foram ainda trabucados pela distância e pelo influxo dos que mentem em grande escala; dizer com eles a verdade e defender a dignidade: eis em poucas retóricas, as miras com que nasce este boletim (Fernández, 2000).

Mas houve outras publicações que também nesta época bélica reuniram um importante elenco de comunistas, socialistas, galeguistas, anarquistas

ou liberais-republicanos refratários ao franquismo que utilizaram por vezes a língua galega: “*El Miliciano Gallego. Órgano del Cuarto Batallón de la Primera Brigada de Lister* (Madrid 1936-1937), *El Socialista Gallego. Órgano del Agrupamento Socialista de Refugiados Gallegos* (Madrid, 1938); *Nova Galiza. Portavoz dos antifascistas galegos* (Madrid, 1937 e Barcelona até 1938) ou *Galicia Libre. Órgano del Agrupamento de Gallegos libertarios* (Madrid, 1937- Valencia, 1939)” (Rodríguez, 1994,119-147).

○ USO PÚBLICO DO IDIOMA DURANTE O FRANQUISMO

Até 1946 e 1947 não se publicam novas obras literárias inéditas, e em 1949 data-se o aparecimento da coleção de poesia Benito Soto e Bibliófilos Gallegos, e o suplemento cultural do jornal *La Noche* começa a publicar textos escritos em galego (Portas, 1993, 118).

Comentamos acima que não havia nenhuma disposição legal nos anos 40 que proibisse o uso do galego no mundo editorial, tampouco em certas palestras públicas, porque o que “o franquismo não censurava por lei censurava-o de fato”³. O primeiro a desafiar essa norma não escrita num evento público foi o professor Ramón Otero Pedrayo, em 11 de novembro de 1949, na inauguração de um monumento ao centenário de Valentín Lamas Carvajal -autor e jornalista da renascença cultural do século XIX. Como resultado, as autoridades franquistas impedir-lhe-iam reiteradamente

3 <http://academia.gal/novas>: 11/11/15

de empregar a língua do país até nos atos da Real Academia Galega.

A fundação da Editora Galaxia, em 1950, por galeguistas de pré-guerra que ficaram na Galiza e que defendiam uma linha de ação culturalista ante a situação política, é a pedra angular da recuperação dos usos escritos do galego. Promove poesia, a nova narrativa galega de autores novos da pós-guerra, com a coleção Ilha Nova e publicações periódicas, como a Revista de Economia da Galiza, a revista de cultura e arte Atlântida e a revista de pensamento Grial, apesar de ver-se censuradas em numerosas ocasiões. Dessa época também são as editoras Monterrei e Xistral que tentam dignificar a língua. Porém são alvo de críticas depreciativas, por exemplo, estes comentários de Juan Aparicio, um responsável pela Direção-Geral de Imprensa e diretor do jornal madrilenho Pueblo:

Na Galiza, algum pedante traduz a filosofia alemã com ritmo de gaita [...] O escritor que escreve na coleção Grial da Editorial Galaxia, de Vigo, e redige versos na antigualha língua de oc ou no mais arcaico basco, porque o castelhano lhe parece tosco, infiel ou inexpressivo, é um escritor que tem falhas ortográficas em sua pena e em sua alma (Portas, 1993, 118).

Há até mesmo acadêmicos da língua espanhola, que qualificam pejorativamente a língua da Galiza como limitada e não apta para as disciplinas científicas, nas páginas de *El Correo Gallego*, quando soube da tentativa de publicação de um dicionário em galego: “o galego é hoje uma língua rural e poética, e mais nada; para escrever Ciência

ou Filosofia os galegos terão de escrever em castelhano (o que fazem esplendidamente)” (Freitas, 2008, 334).

AGENTES PARA CASTELHANIZAR: IGREJA, ESCOLA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A isso deveremos acrescentar, além da própria administração da qual temos descrito a estratégia utilizada, a presença de mais dois agentes castelhanizadores: a igreja e os meios de comunicação.

- A igreja é uma instituição colaboracionista com o regime, já que há até mesmo assassinados acusados de serem ateus ou de não participarem dos ofícios religiosos. A igreja funciona durante todo o franquismo como uma organização quase onipotente e influi diretamente na moral das pessoas.

Recusa a utilização da língua própria dos galegos, inclusive quando em 1963 o Concílio Vaticano II aprova a introdução das línguas vernáculas, o Boletim Oficial do Arcebispado (1964) não teve em conta o galego. Só se conseguirá a permissão da utilização do galego no ano de 1969 (Portas, 1993, 127).

E, mesmo assim, em dependência da vontade individual e minoritária dos sacerdotes.

- A escola é outro foco de obrigatoriedade do castelhano. Em setembro de 1936, “suprimem-se os conteúdos educativos e impõe-se os novos” (Santalla, 2005, 230). A escola pública e o ensino privado de crescimento desmedido derrubam definitivamente o

galegofalante. São frequentes a utilização da violência física contra o alunado galego falante e a sua ridiculização por motivos linguísticos.

- Os meios de comunicação em massa são o terceiro elo da castelhanização, especialmente, com a extensão do rádio e, notadamente, da televisão na década de 60. A imprensa galega é igualmente elaborada em castelhano e o galego é utilizado excepcionalmente, apenas quando o tema é de âmbito cultural. A rádio também usará o castelhano de maneira quase exclusiva nas emissões, ficando o galego reduzido ao âmbito da anedota e do humor. Contudo, há algumas experiências em língua galega na América e, no final da década de 60, na Galiza. A televisão popularizou-se muito rapidamente também nesse momento e contribuiu para mudar muitos costumes tradicionais. Linguisticamente, é novamente o espanhol a língua exclusiva.

○ EXÍLIO AMERICANO. GALEGO EM LIBERDADE

O maciço exílio galego provocado pela opressão franquista obriga à continuação do processo de recuperação linguística da pré-guerra noutros países de acolhimento. O núcleo fundamental é a cidade de Buenos Aires onde moram mais de 400.000 emigrantes galegos associados a coletividades fundadas no início do século XX e à qual se dirigiu a maior parte dos galeguistas fugidos. Ali promovem-se editoras, emissões radiofônicas, o Agrupamento Galego de Universitários, Escritores e Artistas, que, em galego, oferece aulas de diversas disciplinas em galego, promove espetáculos teatrais, investigação histórica, criação literária, ensaio político, conferências, atos públicos, para

que o idioma desempenhe as funções orais e escritas rejeitadas no Estado espanhol. Além de Luis Seoane, como grande promotor cultural, destaca-se Castelao, como figura política ilustre, que publica *Sempre en Galiza*⁴ na Argentina, em 1944, o ensaio mais notável do pensamento nacionalista:

Sendo um clássico, ainda hoje é um manual de visita obrigatória. O núcleo do pensamento continua vigente. Os males da Galiza continuam sem remediar [...] deslindou a interessada identificação Nação-Estado e apostou num federalismo real com participação de Portugal (Maceira, 1995, 149-150).

Em 1944 vários deputados galegos nas Cortes republicanas espanholas de 1936 criam o Conselho da Galiza, governo galego provisório no exílio a fim de denunciar a atrocidade franquista.

Denunciarão perante a Assembleia da UNESCO realizada em Montevidéu em 1954, *A perseguição do Idioma Nacional pelo Estado Hespáñol*, tal como registra a manchete do número 491 (Novembro de 1954) de *A Nosa Terra*, principal jornal galeguista e em galego, que recupera a edição no exílio, onde se inclui o relatório, elaborado pelos galeguistas do interior (os que ficaram na Galiza), que a coletividade galega fez chegar aos representantes da UNESCO. O documento⁵ pretendia fazer ver que, ainda que formalmente

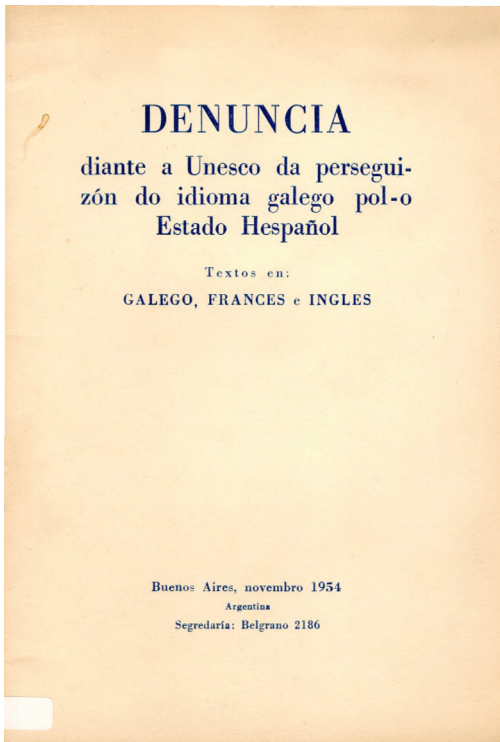
⁴ A questão da língua é uma constante no *Sempre en Galiza*: “A dominação da Galiza jamais será efetiva enquanto se fale um idioma diferente do castelhano. O idioma imposto não conseguiu matar o seu idioma natural; mas conseguiu degradá-lo”. (...) “Dentro de Portugal ficou a metade da nossa terra, do nosso espírito, da nossa língua, da nossa cultura, da nossa vida, do nosso ser nacional. (...) Se ainda somos galegos é por obra e graça do nosso idioma” (...)

Para mais informação consultar: <http://www.literaturagalega.as-pg.gal/a-etapa-contemporanea-s-xx/a-actividade-politica-de-castelao-1930-1950.html>

⁵ Este documento pode localizar-se em: <http://praza.gal/xornal/uploads/arquivos/arquivo/533303466d204-denuncia.pdf>

não existisse legislação proibitiva por parte do regime de Franco, a repressão relativamente ao emprego dos idiomas nacionais, na prática, era um facto. O objetivo também era conseguir que o organismo internacional recusasse a entrada ao Estado espanhol, mas o regime franquista pareceu flexibilizar um pouco a sua beligerante posição na Galiza e, sob a atenta vigilância da censura, passa-se a uma certa transigência que os autores têm que pagar com uma prosa comedida.

Outro fato importante nestes anos de exílio argentino foi a criação da Cátedra de Literatura Galego-Portuguesa na Universidade de La Plata.



Com menor intensidade, mas não menos importante é a produção noutros países americanos com atividade jornalística em galego, rádio e avanços culturais fundamentais (“Instituto de Cultura Luso-Brasileira-Galega”) (Portas, 1994, 116) que mantiveram ligação com o galeguismo interior e facilitaram a possibilidade de publicar obras de autores novos e clássicos, até mesmo com tratamento explícito da memória da repressão franquista de um modo autobiográfico.

Non agardei por ninguén (1957), de Ramón de Valenzuela é “o primeiro romance que recupera essa horrenda história” (Maceira, 1995, 93), de uma longa listagem de fiéis testemunhos dos anos do horror relatados na primeira pessoa.

CONCLUSÕES E SITUAÇÃO ATUAL

A adversidade histórica do galego fez com que essa fosse uma língua quase ágrafa durante um quantidade apreciável de séculos. A renascença cultural conduzida pelo galeguismo desde a segunda metade do século XIX na procura de um modelo culto e de um reconhecimento social e legal, vê-se truncada em 1936 com a ascensão fascista, que afronta a consideração que os galegos têm da sua própria língua ao pôr toda a maquinária do Estado numa estratégia repressiva, concretizada na imposição do castelhano em setores chave como a administração –governo, deputações provinciais, câmaras municipais, justiça–; na igreja católica, obrigatória durante a ditadura; no ensino público e privado e na extensão dos meios de comunicação, foram configurando uma perceção da língua, até mesmo para os que a tinham como inicial, de falar um dialeto, sem valor, unicamente útil para a função familiar ou local. Isso supõe a interiorização de um complexo de inferioridade induzido por todos estes fatores, que associavam o falar galego a ser inculto, ignorante e de extração rural, portanto vinculando a língua ao atraso econômico, em um momento em que as cidades galegas começavam a urbanizar-se. Cresce nelas uma sociedade castelhano falante de gerações que

tinham já o castelhano como primeira língua e com aceitação inconsciente da pressão social que levava a abandonar a língua galega como veicular para trocá-la pelo espanhol em contextos formais e funções de prestígio.

É sintoma da ideologia nacionalista sustentar que as demais variedades linguísticas ou línguas subordinadas não podem ser prestigiosas porque não têm literatura escrita ou a têm exígua. O dado de que, por exemplo, muitos escritores de língua basca, catalã ou galega preferam usar o castelhano em lugar da sua língua nativa para a atividade literária [...] deriva deste conceito de prestígio da língua padrão, alimentado e potenciado pelas instâncias culturais, económicas e políticas do Estado (Moreno, 2010, 98).

Os últimos anos da ditadura significaram uma maior flexibilidade na censura: são um pouco mais abertos e trarão a celebração das Letras Galegas (desde 1963 comemora-se todos os anos) o nascimento de *Edicións do Castro*, a nova canção galega e em galego com *Vozes Ceibes*, o associativismo cultural nas cidades e, sobretudo, a fundação de organizações políticas nacionalistas (*Partido Socialista Galego* e *Unión do Povo Galego*) em clandestinidade, que serão peças fundamentais na socialização do idioma, nos usos escritos e “adotarão posicionamentos ativos perante o conflito linguístico” (Portas, 1993, 121). Também como produto deste ambiente mais respirável “se cria em 1965 a Cátedra de Língua e Literatura Galegas na Universidade de Santiago de Compostela com o professor Ricardo Carvalho Calero à

frente”⁶. (Sindo Villamayor, 1996, 1044) e, em 1968, o Instituto da Língua Galega, centro de pesquisa vinculado à Universidade, além de iniciar-se uma campanha reivindicativa a favor da correção dos topônimos originais em galego e a demanda de um ensino em língua galega, teoricamente permitido pela lei geral de educação de 1970 no ensino primário, mas sem docência efetiva até o ano letivo de 1979/1980.

A Constituição espanhola de 1978 reconhece o galego pela primeira vez na sua história como língua cooficial, e assim como o Estatuto de autonomia da Galiza de 1981 que a fixa como língua própria e cooficial, a Lei de normalização linguística de 1983, a Carta europeia das línguas regionais e minoritárias são textos que legalizam a situação administrativa⁷. No entanto, na Galiza, dado “o confito linguístico, o processo diglósico e não bilíngue, usa-se principalmente o castelhano em representações formais” (García, 1991, 88-89), com uma diminuição contínua de falantes do galego que avança imparável, que segundo dados do Instituto Galego de Estatística mostram que, no período compreendido entre 2001 e 2011, as pessoas que dizem falar “sempre” galego caíram treze pontos e já não são maioria. Na anterior sondagem desse Instituto, 57% da população do país tinha o galego como língua de uso quotidiano, enquanto 30% declarava empregá-

⁶ Trata-se do primeiro catedrático de Língua e Literatura Galegas, considerado o ideólogo do reintegracionismo. O reintegracionismo é uma postura linguística que defende que o galego é uma variedade da língua portuguesa ou no âmbito científico, galego-portuguesa. Portanto, as diferentes falas galegas seriam, como as portuguesas, parte do mesmo sistema linguístico e, como consequência da procura da convergência entre o galego e o português, propõe a adoção de uma grafia baseada na norma portuguesa, divulgada através do livro *Estudo crítico das normas ortográficas e morfológicas do idioma galego de 1983* conhecida como Norma AGAL (Associação Galega da Língua), ou a adoção direta do português padrão)

⁷ Lexislación da Lingua Galega, Xunta de Galiza, 2001

lo “às vezes” e 13%, nunca. Uma década depois os falantes habituais de galego passam de aproximar-se dos 60% a não atingirem nem 45%. Concretamente, os que usam “sempre” o idioma próprio da Galiza são 44% do total, enquanto ele é falado “às vezes” por 45% da população e “nunca”, por 11%⁸.

A situação sociolinguística atual é herdeira da história e, logicamente, do processo repressivo sofrido desde julho de 1936, do qual ainda se conservam reminiscências e preconceitos sociais prolongados (Freixeiro, 202, 175) num idioma de verdadeira vitalidade, mas minorizado, que teoricamente tem uma condição igualitária a respeito de outras línguas europeias e se está amparado por um quadro legal aparentemente protetor. De fato, não aprovar as *Normas ortográficas e morfológicas* até 1982 (nisso contrasta com o catalão, outra língua românica cooficial do Estado, que adotara em 1918 os fundamentos normativos da *Gramàtica catalana* do filólogo Pompeu Fabra), é prova do atraso e conseqüente assimilação do castelhano e dialetização nos contextos de uso da língua, o ceticismo dos falantes com a normativa escolhida para o modelo padrão ainda na atualidade. A situação sociolinguística galega é um caso claro de discriminação linguística, de bilinguismo substitutivo, expressão defendida pelo catedrático Moreno Cabrera no ensaio *El nacionalismo lingüístico*. Esse autor afirma que:

as línguas e variedades linguísticas que convivem no território do Estado-nação como língua cooficial são vistas como muito menos úteis e necessárias

⁸ <http://largo.gal/movimentos-sociais/8017/o-galego-deixa-de-ser-a-lingua-habitual-da-maioria-da-poboacion/>

[...] De forma que a língua nacional é para o ensino obrigatório e se propugna um bilinguismo geral só para as comunidades intra-nacionais que tenham uma língua ou variedade diferente da oficial. Este bilinguismo restrito unicamente a uma parte da população é de carácter substitutivo, não aditivo (Moreno, 2010, 230).

Questão verificável na polémica social causada pelo atual governo autonómico com a promulgação do Decreto 79/2010 para o plurilinguismo no ensino não universitário da Galiza, que derroga o anterior, supõe a desproteção linguística do galego no ensino e diminui a presença do galego para o máximo de 50% do horário escolar, sem ter alcançado a normalização plena com a tentativa de introduzir como língua veicular do ensino o inglês, mudança que tem sido denunciada pela Real Academia Galega e pelos coletivos sociais de defesa da língua a *Mesa Pola Normalización Lingüística e Queremos Galego*⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso Montero, Xesús. *As palabras do exilio. Biografía intelectual de Luís Seoane* (1ª ed. 1994). La Voz de Galicia, S.A., 2002

Bermúdez Montes, María Teresa. “As poutas da censura franquista sobre a literatura galega. O caso da “nova narrativa”. In *Revista de Investigación de Educación* 7, 2010, 104-112.

Fernández Santander, Carlos. *Alzamiento y Guerra Civil en Galicia* (1936-

⁹ Para verificar a polémica: <http://www.sermosgaliza.gal/articulo/lingua/academia-leva-ao-tribunal-constitucional-decreto-do-plurilinguismo/20150428195432036916.html>

- 1939). Sada- A Coruña: Edicións do Castro, 2000.
- Freitas Juvino, María Pilar. *A Represión lingüística en Galiza no século XX*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2008.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón. *Lingua galega: normalidade e conflito*. Santiago: Laiovento, 2002 (5ª ed.).
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón. *Lingua, nación e identidade*. Santiago: Laiovento, 2006.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón. “A lingua tiveran por lingua d’escravos. O autoodio como concepto sociolingüístico”. In: *Estudos de Lingüística Galega* 6, 2014, 117-137.
- García Negro, María Pilar. *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*. Pontevedra: Edicións do Cumio, 1991.
- Graña Martínez, Venancio (coord.). *Lexislación da Lingua Galega*. A Coruña: Xunta de Galicia, Edición 2001.
- Leira, Xan. *Crónicas da represión lingüística*. DVD. Moaña: Acuarela Comunicación, 2007.
- Mariño Paz, Ramón. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.
- Maceira Fernández, Xosé Manuel. *A literatura galega no exilio*. Pontevedra: Edicións do Cumio, 1995.
- Moreno Cabrera, Juan Carlos. *O nacionalismo lingüístico* (1ª ed, 2008). Cangas do Morrazo: Edicións Morgante (Trad), 2010.
- Portas, Manuel. *Lingua e sociedade na Galiza*. A Coruña: Bahía edicións, 1993.
- Rodríguez Castelao, Afonso Daniel. *Sempre en Galiza*. Madrid: Akal Editor.

1977 (4ª edición, 1994).

Rodríguez Fer, Claudio. *A literatura galega durante a guerra civil*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1994.

Santalla López, Andrés. “A depuración do maxisterio e a educación pública en Galicia: 1936-196”. In: VV.AA. *A represión franquista en Galicia*. Actas do Congreso da Memoria. Memoria Histórica Democrática. Narón, dezembro de 2003, 227-256.

Teyssier, Paul. *Historia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1994 (6ª ed. portuguesa).

Velasco Souto, Carlos F. *1936 Represión e alzamento militar en Galiza*. Vigo: A Nosa Terra, 2006.

Villamayor, Sindo. “O silencio interior (1940-1950)”. In: AS-PG: *Historia da literatura galega*. Vigo: A Nosa Terra, 1996, 1044.

